



Com auditório lotado e presença de inúmeras lideranças e autoridades, cerimônia em celebração ao aniversário do sindicato, realizada em 25 de setembro, apontou relevância da engenharia e seus profissionais e destacou necessidade de retomar o crescimento econômico do País. *Página 6*



Fotos: Beatriz Arruda



Clamor por desenvolvimento marca comemoração dos 85 anos do SEESP





Emprego e *desenvolvimento*

O SEESP, juntamente com a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), entidade à qual é filiado e que congrega 18 sindicatos da categoria em todas as regiões do Brasil, tem buscado colocar no centro do debate a necessidade urgente de retomada do desenvolvimento. Obviamente, a meta emergencial a ser alcançada por medidas nessa direção é a geração efetiva de emprego e renda para os profissionais da área tecnológica e todos os demais. Nesse sentido, temos discutido o tema no âmbito do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” e do movimento “Engenharia Unida”, já que acreditamos que, mais do nunca, é essencial agirmos de forma coesa para tirar o País da crise em que se encontra.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

É urgente voltar a crescer e gerar oportunidades aos brasileiros.

Retomada das obras paradas é medida crucial a ser efetivada pelo poder público.

Foi o que defendemos durante reunião do Colégio das Entidades Nacionais (Cden) do Sistema Confea/Crea, realizada em 15 de setembro, em Palmas (TO), como parte integrante da 76ª Semana Oficial da Engenharia e Agronomia (Soea).

Ainda, é o tema que propomos como central ao movimento sindical, o que tivemos a oportunidade de expor em entrevista ao programa “Ideias em debate”, apresentado pelo presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah. Conforme expresso na ocasião, acreditamos que o governo deve o mais rapida-

mente possível colocar em pé um programa de reativação das obras paralisadas.

Essa também foi a pauta da audiência com o secretário de Relações Governamentais da Casa Civil, Giacomo Trento, em Brasília, no dia 18 de setembro. Outro ponto defendido junto ao Executivo foi a ideia presente no “Cresce Brasil – Engenharia de Manutenção” de criar nas administrações públicas órgão técnico que tenha o papel de zelar pela inspeção e fiscalização das obras e estruturas, como pontes e viadutos. O objetivo é oferecer segurança à população e aplicar de maneira adequada os recursos. Tivemos a oportunidade de levar essa proposta a cerca de 40 prefeitos reunidos, em 27 de setembro, na cidade de Boraceia, para o I Simpósio da Associação dos Municípios do Centro do Estado de São Paulo (Amcesp).

Ambos os temas – a engenharia de manutenção e a retomada das obras – foram objeto de discussão com o ex-ministro Aloizio Mercadante, que visitou o SEESP no dia 10 de setembro para apresentar à nossa entidade o Programa Emergencial de Emprego e

Renda (Peer), desenvolvido por ele e um grupo de economistas.

Sem relação imediata com o crescimento, mas tema central para que haja racionalidade no sistema produtivo, conversamos, em 19 de setembro, com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra da Silva Martins Filho sobre o Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet), integrado por ele. Defendemos junto ao magistrado a necessidade de preservação de regras que garantam os direitos trabalhistas e o funcionamento da estrutura sindical. Na nossa avaliação, é essencial que eventuais mudanças propostas por esse fórum não gerem ainda mais precarização, o que seria prejudicial à mão de obra e à economia, tendo em vista a insegurança jurídica gerada pela falta de regulamentação.

É preciso ter que clareza que a tímida queda do desemprego, registrada à custa do crescimento do trabalho informal, não trará a solução de nossos problemas, nem como cidadãos, nem como nação que ambiciona se tornar desenvolvida e justa. Está mais que na hora de agir decididamente em busca do crescimento do País.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hannel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcelline Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fabio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. FILMADO A ANATEC PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS Tiragem: 11.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: outubro de 2019. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



**Amplie o
horizonte
de sua
empresa**

**Anuncie para
os engenheiros
do Estado
de São Paulo**

**Veja como em
[www.seesp.org.br/
publicidade/](http://www.seesp.org.br/publicidade/)**

**Previsão de R\$ 86,4 bi
para ferrovia pode
não sair do papel**



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).
Página 5

visite nosso site www.seesp.org.br

**Sua ART pode beneficiar o
Sindicato dos Engenheiros**

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina parte do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio:  **CREA-SP**

Privatização, a velha dissimulada solução

Roberto Pereira D'Araujo

DE 1990 ATÉ 2006, o Brasil vendeu quase 80 estatais nas áreas de siderurgia, petroquímica, fertilizantes, elétrica, transportes, mineração, portos, bancos, gás, aviação e todo o sistema de telecomunicações.

Por que o Estado teve que investir em tantos setores? O que aconteceu com o setor privado? Qual foi o resultado dessa experiência? O Estado resolveu seu déficit fiscal? Ao vender tantas empresas prontas e faturando, o investimento privado reagiu? Qual foi a performance da economia do País após essa liquidação?

As respostas são frustrantes. A dívida pública, que em 1994 era de 37% do PIB, saltou para 76% em 2002. Segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o saldo de todas as empresas vendidas atingiu US\$ 106 bilhões. Em apenas dois anos, as atuais desonerações e subsídios ultrapassam esse valor. De 1990 até 2018, o crescimento médio do PIB não passou de 2,2% ao ano.

Pífia performance, mas o Brasil está prestes a repetir os mesmos erros. Dentre as novas liquidações, chama a atenção o caso da Eletrobras. Como se sabe, ela escapou da primeira leva porque, ao se tentar capturar recursos financeiros para ativos existentes, abandonou-se o investimento em novas usinas e linhas. O resultado foi um racionamento de 25% do consumo em 2001, um recorde mundial.

Essa sobrevivência custou caro à empresa, pois os defeitos do processo privatista mercantil continuaram a desmoronar sobre ela. Distribuidoras de estados menos desen-

volvidos não interessaram ao setor privado, e a Eletrobras foi obrigada a se endividar para adquirir as empresas do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Alagoas e Piauí.

Não bastasse esse "jeitinho" para resolver o problema das empresas estaduais, a Eletrobras perdeu seus contratos em 2003 e, como o consumo havia se reduzido 15%, continuou gerando energia hidroelétrica. Sua energia foi liquidada no mercado livre por menos de US\$ 4/MWh. Proibida de tentar reduzir o prejuízo, pode-se afirmar que ela subsidiou de forma oclusa o bizarro mercado livre brasileiro, onde usinas não vendem a energia que geram.

Com os subsídios oclusos e os explícitos, o mercado livre passou a ser um ambiente especulativo do curto prazo. Mesmo atingindo 30% da carga total, praticamente não participou da expansão do sistema. Mais uma vez, a Eletrobras foi usada para incentivar o setor privado, oferecendo parcerias em que ela é minoritária. Um total de 178 sociedades mostra que, mais uma vez, o capital privado decepciona e exige, além do BNDES, parcerias de uma estatal.

O ato final de fragilização veio com a Medida Provisória 579, uma tentativa frustrada de reduzir tarifas às custas apenas das usinas da estatal, sem nenhum diagnóstico sobre as razões desse indigesto aumento. Mais uma vez, do outro lado, o setor privado agradece.

A mídia e o atual governo preferem acusar a Eletrobras de ineficiência, mas falhas de modelo e a baixa pujança privada sempre estiveram por trás da fragilização da empresa. Além das perdas estratégicas, preparem-se, pois a privatização da estatal vai nos deixar à mercê dessas falhas.

Roberto Pereira D'Araujo é diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina)

CRESCIMENTO ABAIXO DE TUDO





TRILHOS NO ANHANGABAÚ *revelam história*

DOS TRANSPORTES NA CIDADE

Deborah Moreira

DESDE JULHO, quem passa pelo Vale do Anhangabaú, altura do cruzamento com a Avenida São João, centro da Capital, se depara com uma área coberta por tapumes. Eles escondem um tesouro arqueológico encontrado durante as obras de revitalização da região: trilhos dos bondes elétricos soterrados por camadas de areia, asfalto e pedras portuguesas.

O transporte coletivo da cidade na passagem do século XIX para o XX se desenvolveu com tamanha rapidez que mal houve tempo de registrá-lo em mapa, quando lampiões a gás deram lugar aos postes da canadense *Light and Power*, que também levou eletricidade aos bondes que antes funcionavam com tração animal, desde 1872.

Em 1900, foi inaugurada a primeira linha, entre Barra Funda e Santa Efigênia. No auge, a circulação ia desde os altos da Igreja da Penha, estendia-se por toda a região central e de planalto, como Mooca, Pacaembu, Santana, até a antiga Avenida Santo Amaro, atual Vereador José Diniz. No mundo, o bonde nasceu em 1831, em Nova York, nos Estados Unidos. O Brasil os trazia de lá e adaptava – foi o segundo país a adotá-lo como transporte público, no Rio de Janeiro. Um dos mais populares foi o bonde camarão, por sua cor vermelha, que já possuía portas e janelas fechadas para controlar a entrada de passageiros, com cobrança na saída. Existiam pelo menos 75 unidades desse tipo em circulação nos anos 1940, fazendo trajetos como Praça da Sé ao Largo 13 de Maio.

O município de São Paulo foi o 11º no mundo a ter bondes circulando e chegou a ter uma rede com 700km, revelada parcialmente em obras de revitalização no centro.

Antes dele, circulou um modelo aberto nas laterais e nas duas cabines (nas extremidades), onde ficava o motoneiro, como era chamado o motorista de bonde. Como o carro só andava em linha reta, ao chegar ao final da linha, os bancos eram virados para o lado contrário e o motoneiro ia para a outra ponta do veículo para fazer o caminho de volta. Nessa época, muitos ficaram doentes, ou mesmo morreram com tuberculose, por ficarem expostos ao mau tempo, mesmo usando um resistente uniforme. Nas laterais, ficavam os estribos, piso estreito onde o condutor, nome do cobrador de bonde, transitava para cobrar as passagens, que podiam ser pagas em dinheiro ou já em bilhetes. Aliás, o nome bonde vem dos bilhetes vendidos originalmente nos EUA com a palavra *bond* impresso, que significava título de dívida, mantida nos bilhetes quando começaram a circular no Rio e em São Paulo.

Preservação da história

São Paulo foi a 11ª cidade no mundo a tê-los circulando pelas ruas e chegou a ter uma rede com cerca de 700km de trilhos, tornando-se o principal meio de transporte. De acordo com Henrique Di Santoro Júnior, administrador do Museu dos Transportes Públicos Gaetano Ferolla, muito pouco foi retirado do chão. Cobrir com asfalto era mais prático e barato. “Não existe um mapa dessa rede. Somente informações parciais como as do livro ‘História dos Transportes Coletivos em São Paulo’”, revelou ele, que é diretor do SEESP.

Santoro se refere à publicação que reúne as linhas implantadas, com trechos e extensões de cada uma, do pesquisador Waldemar Correa Stiel, uma das principais fontes até hoje sobre o tema. Stiel morreu aos 90 anos, em 2011, e até o final da vida visitou semanalmente o museu, onde foram gestadas, no auditório, ideias como o Bilhete Único, o Expresso Tiradentes, o monotrilho e as cicloviárias.

Outro personagem importante, que dá nome ao lugar, trabalhou na Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC). Desde que os bondes saíram de circulação, em 1968, Fe-



Trilhos expostos durante as obras no Anhangabaú.

rolla guardou e restaurou móveis, objetos e os carros no mesmo espaço, que era da CMTC, posteriormente adaptado para receber o museu. “À medida que iam sendo extintos, os bondes eram desmanchados. Suas peças eram retiradas e serviam para os novos meios de transportes. O Gaetano Ferolla teve a visão de guardar essa parte da história”, contou Santoro.

Ao falar da recente descoberta, seu olhar vai longe: “Se for realizada uma arqueologia urbana séria, o que levará um tempo, vão encontrar pequenas subestações de energia de alimentação da rede, porque naquela parte em especial era bem extensa, eram ramais que se formavam, subindo e descendo ladeiras, até chegar ao Anhangabaú.”

Ele lembra que esse tipo de transporte funciona em cidades europeias como Viena e Praga. “Só nós que tivemos a infelicidade de extinguir prematuramente os bondes. Quem sabe, agora com essa descoberta, se pense na ideia de ter trechos em circulação”, sugeriu.

A partir do início dos anos 1950 a cidade recebeu os primeiros ônibus elétricos, importados, bem como algumas unidades a gasolina, chegando a andar simultaneamente com os bondes. A decisão de retirá-los foi do prefeito da época, Faria Lima.

Para visitar

Museu dos Transportes Públicos Gaetano Ferolla

Av. Cruzeiro do Sul, 780 – Canindé – SP
Entrada gratuita, de terça a domingo, das 9h às 17h. Agendamento de visitas monitoradas para escolas pelo telefone (11) 3315-8884.



Em um dos bondes em exposição no museu, o administrador do local e diretor do SEESP, Henrique Di Santoro Júnior.

Injustiça fiscal se mantém EM REFORMA TRIBUTÁRIA PROPOSTA

Soraya Misleh

EM TRAMITAÇÃO no Congresso Nacional, as duas Propostas de Emenda à Constituição (nº 45 na Câmara dos Deputados e nº 110 no Senado) relativas à reforma tributária focam a simplificação, o que é insuficiente. Não se debruçam sobre o principal nó, a regressividade do sistema, em que os mais pobres proporcionalmente pagam mais impostos do que os mais ricos.

A avaliação é compartilhada por Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e por Charles Alcântara, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

De autoria do deputado federal Baleia Rossi (MDB/SP), a PEC 45 já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e agora encontra-se em Comissão Especial. Conta até o momento 174 emendas parlamentares. Já a PEC 110, que, além do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), conta com a assinatura de outros 65 parlamentares, enfrenta pedidos de vistas para avançar na CCJ – estava prevista nova votação do parecer de Roberto Rocha (PSDB/MA) para 2 de outubro. Há até o momento mais de 40 emendas.

Ambas preveem a incorporação de uma série de tributos em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A diferença é que na PEC 110 este seria estadual, conforme consta de análise de juristas no *site* da Câmara, “instituído por intermédio do Congresso Nacional, com poder de iniciativa reservado, basicamente, a representantes dos estados e municípios (exceto por uma comissão mista criada especificamente para esse fim ou por banca da estadual)”. Já na PEC 45, seria federal, “por meio de lei complementar”, exceto em relação à “fixação da parcela das alíquotas

destinadas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a ser definida por lei ordinária de cada ente federativo”. Em ambas, devem ser substituídos cinco tributos de bens e serviços – o texto original da PEC 110 previa nove, mas o relator Roberto Rocha acatou em seu parecer na CCJ a mudança. Além disso, preveem a criação de um imposto seletivo para itens como petróleo e derivados; combustíveis e lubrificantes; cigarros; energia elétrica e serviços de telecomunicações. O argumento é de que a reforma tal como proposta nas duas Casas culminará em sistema moderno e justo.

Alternativa solidária

Em audiências públicas, especialistas têm apontado, contudo, que as mudanças pretendidas não trarão justiça fiscal. Há mais de um ano, mais de 40 deles se reuniram em movimento por uma reforma tributária solidária, encabeçado pelo Fenafisco e pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais do Brasil (Anfip), com o apoio de organizações como o Dieese. O resultado foi a publicação de livro que contém diagnósticos e premissas em 803 páginas. Documento-síntese intitulado “A reforma tributária necessária: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira” explica: “Propomos aqui uma nova tabela de imposto de renda, visando aumentar a progressividade do sistema, com sugestões de mudança na distribuição da carga tributária – diminuição nos impostos indiretos (consumo e serviços) e aumento nos diretos (renda e patrimônio). Nossos estudos comprovam que é possível aumentar a progressividade do sistema tributário e a arrecadação – e assim ajudar a solucionar a crise fiscal brasileira, mesmo sem aumentar os impostos.” E continua: “Com as mudanças propostas – a depender do grau de maior ou menor progressividade – podemos elevar em até R\$ 253,7 bilhões as receitas da tributação da renda e reduzir em até R\$ 231,7

bilhões a receita da tributação sobre bens e serviços. Assim como elevar em até R\$ 73 bilhões a tributação sobre o patrimônio e reduzir em até R\$ 78,7 bilhões a tributação sobre a folha de pagamentos.”

Ganz Lúcio ressalta que essa proposta alternativa, diferentemente da mera simplificação em debate no Congresso, visa de fato mudança na estrutura brasileira. Ele vaticina: “É um sistema complexo em que caberia certa racionalização. Mas deveria se pensar em reforma que simplificasse com tributação progressiva voltada a políticas públicas universais e gratuitas de qualidade, fortemente orientada para a renda, o patrimônio e formas de riqueza. O foco deveria ser investimentos e gastos sociais.”

Na mesma linha, Alcântara ratifica e enfatiza: “A reforma solidária traz conclusões dos vários problemas. O mais importante e mais grave é a regressividade. O Brasil tem uma das mais altas cargas tributárias do mundo sobre o consumo, por outro lado, uma das menores para altas rendas e grandes patrimônios. É preciso construir um sistema progressivo que reduza pela metade a carga sobre o consumo e aumente a tributação dos ricos. As PECs passam ao largo disso e mantêm o País na contramão dos países mais desenvolvidos e menos desiguais. Mantêm a grave anomalia de continuar penalizando os mais pobres. Uma reforma tributária prioritariamente deveria financiar o Estado de bem-estar social instaurado na Constituição Federal de 1988, o que não se discute.” O documento-síntese da reforma solidária indica que “a aplicação do modelo sugerido diminui a desigualdade no País”, enquanto a estrutura atual a aumenta.



Focadas na mera simplificação e sem mudanças estruturais, PECs em tramitação no Congresso não alteram modelo regressivo, em que mais pobres proporcionalmente pagam mais impostos do que mais ricos.

De olho no futuro, SEESP CELEBRA 85 ANOS

Soraya Misleh

EM 25 DE SETEMBRO ÚLTIMO, o sindicato abriu suas portas na Capital para comemoração especial de seus 85 anos – completados no dia 21 do mesmo mês. “Uma história de trabalho e conquistas”, como aponta título de livro produzido pela BB Editora, lançado no ensejo (*disponível em <https://bit.ly/2m7Ehex>*). Marcou a data também homenagem aos ex-presidentes desde 1980, bem como ao atual, Murilo Pinheiro, ante público representativo que lotou o auditório, incluindo engenheiros, dirigentes sindicais, lideranças e autoridades.



Murilo Pinheiro apresenta livro comemorativo.

Após exibição de vídeo institucional comemorativo (<https://bit.ly/2lnoRCy>), a cerimônia foi aberta pela coordenadora do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP, Marcellie Dessimoni. Uma fala simbólica de que o sindicato completa 85 anos com olhos no futuro. “Sou uma das mais jovens no nascer desse novo ciclo, ano em que o SEESP começa a trilhar novas perspectivas, em passos junto àqueles que estão há mais tempo nessa estrada. Temos grande potencial para contribuir e muito mais para aprender”, disse ela. E destacou: “O partido que predomina aqui é o da engenharia. Esse é o local da inovação, tecnologia, trabalho, na busca por crescimento sustentável. Vamos continuar a levantar nossas bandeiras em defesa dos engenheiros, pela valorização profissional e por uma sociedade mais justa.” Ela concluiu: “Somente conhecendo de onde viemos podemos vislumbrar para onde vamos.”

Reconhecimento

Os 85 anos do SEESP demonstraram a sinergia entre visão de futuro e valorização da história, representada pelo reconhecimento a quem pavimentou esse caminho e segue a consolidá-lo. Coube, nessa direção, a Celso Atienza, vice-presidente do SEESP – o “mais antigo”, conforme suas palavras –, anunciar as homenagens a Murilo e aos ex-presidentes Antonio Octaviano (gestão 1983-1986), Allen Habert (1986-1989), Esdras Magalhães dos Santos Filho (1992-1995), Ubirajara Tannuri Felix (1995-1998) e Paulo Tromboni de Souza Nascimento (1998-2001). A homenagem também se estendeu a Horacio Ortiz (1980-1983) e Rutênio Gurgel Bastos (1989-1992), *in memoriam*. Atienza lembrou a longa histó-

ria de lutas e conquistas, frisando o protagonismo da entidade em questões da sociedade e de interesse da categoria – sobretudo a partir do Movimento de Renovação em 1980.

Representando os ex-presidentes à homenagem, Octaviano resumiu os 85 anos da entidade e destacou contribuições fundamentais a cada gestão. Citou ainda as lideranças que inauguraram essa trajetória, em 1934, evidenciando que se confunde com a história do município, do Estado e do País.

“Se a sociedade avança, a engenharia tem boa parte da contribuição”, ressaltou no ensejo Ivani Contini Bramante, desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 2ª Região. Na mesma linha, o ex-ministro da Defesa, Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, frisou: “Não há construção, desenvolvimento e perspectiva nacional sem engenharia nacional.”

Já o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, William Campos, salientou que “o evento representa a união da classe que demonstra sua pujança”. E complementou: “É impossível governar o Estado e o País sem os engenheiros”, indicando que o SEESP simboliza a democracia nacional.

União e desenvolvimento também foram destaque na fala de Paulo Guimarães, presidente da Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea, que lembrou da contribuição fundamental do sindicato, ao aderir ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), à qual o SEESP é filiado, lançada em 2006 e atuali-

zada permanentemente. Sob a ótica de que “unidos somos mais fortes”, Guimarães reiterou o compromisso da Mútua com essa plataforma que reúne proposições ao desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Por seu turno, o ex-governador de São Paulo Marcio França apontou a importância da “defesa do coletivo” na conjuntura atual em que são vários os ataques inclusive aos trabalhadores e ao movimento sindical. “As dificuldades, por outro lado, têm o grande mérito de produzir soluções”, acredita. Nesse contexto, ainda, o também ex-governador do Estado Geraldo Alckmin destacou dois grandes desafios mundiais a serem enfrentados: “o esmagamento do mundo do trabalho pelo capital” e a perspectiva de agravamento da concentração de renda. “O caminho é fortalecer as instituições. O sindicato foi importante nestes 85 anos e será muito mais, no sentido de trabalharmos juntos, por uma sociedade mais justa e fraterna. Vida longa ao SEESP!”

Murilo apresentou o livro comemorativo e concluiu: “Vamos à luta, vamos seguir presentes em todas as discussões, por uma cidade, Estado e País melhores. Juntos faremos a diferença.”

Também saudaram a atividade os presidentes de centrais sindicais Adilson Araújo (CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Antonio Neto (CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros), Ricardo Patah (UGT – União Geral dos Trabalhadores) e Danilo Pereira da Silva (Força Sindical-SP), além dos vereadores paulistanos Eliseu Gabriel e Caio Miranda (ambos do PSB).



No púlpito, Celso Atienza, vice-presidente do sindicato: homenagem a ex-presidentes, sobretudo a partir do Movimento de Renovação em 1980.

Ante público representativo que lotou auditório, sindicato festejou história de trabalho e conquistas com lançamento e homenagens.

Valores éticos em processos de recrutamento e seleção

Rosângela Ribeiro Gil

É cada vez mais comum falar sobre *compliance* (ou conformidade) e governança corporativa em todas as atividades econômicas no País. O primeiro termo origina-se do verbo inglês *to comply*, que significa estar de acordo com regras, normas, leis e regulamentos, sejam do empreendimento e mercado, sejam de órgãos reguladores. Também envolve a definição de parâmetros para relação com terceiros, para evitar a exposição e envolvimento da companhia em fraudes e escândalos. Já governança corporativa abrange um conjunto de diretrizes e práticas ligadas à boa gestão para evitar conflito de interesses. Tal harmonização visa aumentar a rentabilidade do negócio. A concepção desses programas já está presente em processos de recrutamento e seleção, observa Marismar Malara, do setor de Oportunidades na Engenharia do SEESP, responsável pelo apoio à carreira de estudantes e profissionais da área. Nesta entrevista, ela fala sobre como se qualificar para concorrer a vagas que exigem competências comportamentais baseadas em valores éticos, além do saber técnico.

Como empregadores e empregados se alinham a esses procedimentos?

Eles precisam ter postura ética em todas as suas ações profissionais. Tudo isso compõe uma cultura organizacional que firma, para o mercado, a imagem de credibilidade, valor importante para ampliar espaço de atuação, obter novos investimentos e certificações.

Essa cultura organizacional já está presente em processos de seleção e recrutamento?

Sim. Muitas empresas já adotam testes de competências éticas. O teste de caráter, por exemplo, é aplicado principalmente por grandes empresas de capital aberto que têm muita visibilidade na sociedade

e precisam prestar contas rigorosas e mostrar, todos os dias, que o negócio não tem falhas na gestão dos recursos.

Como é feito um teste de caráter?

Nesses procedimentos, por meio de algumas técnicas, são identificadas competências específicas com perguntas para ver se a pessoa pode ter interesses pessoais que se sobreponham aos da corporação. Como a pessoa reage diante de ofertas de agrados ou presentes de fornecedores ou outros interlocutores – públicos ou privados.

Algumas empresas, inclusive, definem regras para recebimento de presentes, estipulando valores bem baixos ou até compartilhamento do agrado com todos da empresa.



Até determinados tipos de conversa ou negociação não são aceitos de acordo com algumas práticas de *compliance*.

O setor de Oportunidades na Engenharia atua para preparar o estudante e o profissional da área a essa realidade?

Nos nossos testes de *coaching* já conseguimos mapear determinados perfis e trabalhar em cima disso para dizer o que pode e o que não pode, até dar um caminho para melhor se qualificar ou mesmo repensar algumas questões. No processo de simulação de entrevista, também temos alguns questionamentos que abordam valores éticos. Outra realidade que abordamos nos nossos atendimentos é o teste de gamificação (baseado em técnicas utilizadas em *games*), cada vez mais usado nos recrutamentos.

Quais as dicas para estudantes e profissionais se adequarem a essas práticas?

Primeiro, saber se conhecer e entender onde quer chegar, quais são seus objetivos e buscar empresas que tenham relação com o que você deseja. A partir disso, estudar o que realmente tem a ver com você, buscar novos conhecimentos e desafios, programas de voluntariado. E atentar a detalhes, como se comunicar, postura, expressão do corpo adequada ao que se fala.

Leia a entrevista completa em <http://bit.ly/marismar>



Rosângela Ribeiro Gil
Marismar Malara, do setor de Oportunidades na Engenharia: apoio ao profissional melhor se qualificar às exigências do mercado.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Embraer e Vale oferecem estágio

A Embraer S/A abriu mais uma edição do Programa de Estágio, oferecendo 150 vagas para as cidades de São José dos Campos, São Paulo, Gavião Peixoto, Botucatu, Sorocaba (SP), Florianópolis (SC) e Belo Horizonte (MG). As oportunidades estão divididas em três setores: corporativo e administrativo; engenharia e operações; e tecnologia. As atividades estão previstas

para começar em fevereiro e março de 2020, e os candidatos selecionados terão direito a benefícios como bolsa auxílio compatível com o mercado, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e odontológica. Inscrições até 31 de outubro no *site* <http://embraer.gupy.io>.

Já a mineradora Vale abriu mil vagas de estágio em diversos estados do País (Bahia,

Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal). Candidatos de nível superior devem ter previsão de formatura entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021. O Programa de Estágio 2020 também está aberto a pessoas com deficiência (PcD). Os selecionados receberão bolsa auxílio mensal de até R\$ 1.375,14

(os valores variam dependendo do curso, técnico ou superior, e da carga horária), assistência médica e seguro de vida. Inscrições até dia 14 de outubro próximo no *site* www.vale.com/estagio.

Essas e outras oportunidades podem ser acessadas em <http://bit.ly/plataformadevagas>



CONFERÊNCIA SÃO PAULO SUA É LANÇADA



Allen Habert (no púlpito): “Nós temos o desafio de mostrar que a sociedade civil tem condições de ser uma grande interlocutora do desenvolvimento e da democracia da nossa cidade.”

Iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) e do SEESP, a Conferência São Paulo Sua deu início aos seus trabalhos em prol de agenda mínima popular de propostas aos candidatos às eleições municipais de 2020. O lançamento oficial foi realizado na sede do sindicato, na Capital, em 21 de setembro. Na data, a entidade paulista completou 85 anos de longa trajetória de trabalho e conquistas (confira na página 6).

Os trabalhos serão divididos em seis campos temáticos: política social, política urbana,

sustentabilidade ambiental, direitos humanos e diversidade, desenvolvimento econômico e democracia, governança e participação. Também serão realizadas conferências regionais, entre este mês de outubro e abril de 2020. Todo o processo tem conclusão prevista para 30 de maio de 2020.

“Nós temos um desafio de mostrar para São Paulo que a sociedade civil tem condições de ser uma grande interlocutora do desenvolvimento e da democracia da nossa cidade”, ressaltou ao lançamento Allen Habert, diretor da CNTU e do SEESP.

Visitas técnicas à Scania com vagas limitadas

Associados ao SEESP e assinantes da Casa do Engenheiro têm a oportunidade de participar de visita técnica à unidade da Scania em São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo, e ver de perto como funciona uma fábrica da indústria 4.0. A iniciativa é do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP. Para a visita à empresa sueca do setor automotivo, há duas opções de

data: 24 deste mês e 5 de novembro, sempre das 7h30 às 12h, com inscrições respectivamente até dias 20 e 30 de outubro. As vagas são limitadas. A participação é gratuita e haverá emissão de certificado. Inscrições no [link](http://bit.ly/visitaScania) <http://bit.ly/visitaScania>. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2659 e (11) 99783-9292 (Whatsapp) ou pelo e-mail jovem@seesp.org.br.

Em pauta, condições do trabalho e socioambientais

Em 17 de setembro último, foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de São Paulo parecer favorável do deputado Carlão Pignatari ao Projeto de Lei (PL) 476/2019. De autoria da deputada Maria Lucia Amary (PSDB), este autoriza a criação do Sistema Estadual Integrado de Gestão das Condições de Meio Ambiente, de Trabalho e do Social (Sigescomats).

Na visão do vice-presidente do SEESP Celso Atienza, a proposição é “de suma importância, pois torna medidas de segurança nas empresas obrigatórias, sendo necessário adotá-las antes de começar qualquer empreendimento, levando, inclusive, à redução de custo, com a sistematização das informações”. Além disso, destaca que esse novo sistema amplia a responsabilidade para com toda a sociedade. “Os maiores acidentes estão acontecendo no momento”, disse, citando quedas de pontes e viadutos na Capital e as tragédias com os rompimentos de barragens em Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais. O PL segue agora para a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, sob relatoria da deputada estadual Carla Morando (PSDB).



“Cresce Brasil” é apresentado a prefeitos do interior do Estado

O presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, participou em 27 de setembro último do I Simpósio da Associação dos Municípios do Centro do Estado de São Paulo (Amcesp), realizado na cidade de Boraceia. No ensejo, ele apresentou aos cerca de 40 prefeitos da região presentes e demais autoridades a mais nova etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que aborda o tema “Engenharia de Manutenção”. A iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) – que também tem à frente Murilo – conta com a adesão do SEESP.

Em sua última edição, como explicou o presidente do sindicato, propugna pela inspeção e conservação permanentes das obras e estruturas, como pontes e viadutos, a fim de evitar acidentes que provocam riscos e transtornos à população e prejuízos aos cofres públicos, tendo em vista os gastos emer-



Murilo Pinheiro fala a dezenas de autoridades.

genciais. Para que isso se efetive, informou ele, a proposta é que as administrações municipais, estaduais e federal instituem um órgão com dotação orçamentária e corpo técnico qualificado para ser responsável pela tarefa. Na avaliação de Murilo, o encontro com diversos mandatários “de importantes municípios paulistas foi excelente oportunidade” para dar seguimento a esse debate.

CAMPANHA SALARIAL

Emae – Em assembleia no dia 18 de setembro último, na sede da Emae, na Capital, os engenheiros aprovaram por unanimidade a proposta para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019-2020. Entre os itens estão: vigência de um ano (de junho de 2019 a maio de 2020); reajustes nos salários e benefícios de 4,77%, conforme o IPC-Fipe; e manutenção das demais cláusulas do acordo anterior.

CET-Santos (foto) – Em 20 de setembro último, o diretor do SEESP Gley Rosa e o presidente da Delegacia Sindical na Baixada Santista, Álvaro Luiz



Dias de Oliveira, reuniram-se com os engenheiros da CET de Santos, juntamente com representantes do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo. As reivindicações dos profissionais são plano de cargos e carreira, implementação do piso salarial das categorias e a importância da ação conjunta das entidades.